



RELATOS

Primeiros contatos e motivações iniciais

Como a maioria dos estudantes de arquitetura, eu tinha em mente me formar e trabalhar em áreas urbanas. Ainda no período estudantil, comecei a me interessar por questões sociais e problemas urbanos, chegando a fazer projetos na periferia de Belo Horizonte/MG, como lavanderia comunitária em favela e creche em conjunto habitacional de baixa renda. Os primeiros contatos com a realidade do campo ocorreram nesse período da faculdade.

Por intermédio de amigos, eu e uma amiga atendemos uma solicitação para elaborar projetos de moradias em agrovila de assentamento rural. Ficava no município de Governador Valadares/MG, próximo à área urbana e ao rio que corta o município. Chegando ao local, nos deparamos com uma questão interessantíssima: a organização da comunidade. Todos os pontos do projeto eram debatidos em assembleias ou reuniões em núcleos de famílias, com a participação de mulheres, homens e crianças. Estavam levantando a necessidade de saneamento na agrovila e questionando o modelo de casa determinado

pelos órgãos públicos. Eles não queriam a proposta que estava sendo imposta sem a legitimação das famílias. De nossa parte, o trabalho consistiu na elaboração de duas alternativas de plantas – segundo a discussão das necessidades da comunidade – e de uma proposta para disposição adequada de dejetos. Chegamos a casas de 80m², sendo que a planta indicada pelo órgão governamental (EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) não chegava a 40m². Esses valores foram possíveis de ser executados graças à organização das famílias, que compraram os materiais de forma coletiva, dividiram tarefas, fizeram construção em mutirão e com revezamento nas escalas de trabalho. Em relação à destinação dos dejetos, a proposta consistia num sistema condominial e com tratamento adequado antes de chegar ao rio. O saneamento foi executado posteriormente pela prefeitura. Embora tenha executado o sistema condominial, ela não realizou o tratamento proposto, finalizando a canalização diretamente no rio.

Ao discutir com as famílias, nos deparamos com uma realidade distinta da nossa. De um lado, havia questões técnicas e a visão de estudantes de arquitetura vindos de uma realidade urbana e, do outro, as necessidades concretas daquelas famílias, as questões culturais e a visão de trabalhadores rurais que passaram e passavam por um processo de luta e exclusão social. Questões técnicas de conforto entravam em choque com necessidades reais como, por exemplo, a colocação de laje nas ca-

sas, aumentando o calor, mas garantindo a ampliação futura da casa da agrovila para os filhos e suas famílias. A discussão de materiais alternativos (tão empregados de forma criativa pela comunidade no período de acampamento), como as casas de taipa, entrava em choque com questões culturais: o sonho das famílias era a casa de tijolo... como aquela da 'sede da fazenda'. O linguajar técnico do arquiteto como 'área de serviço' não cabia naquela realidade. O aprendizado foi recíproco.

O apoio à comunidade poderia se restringir a mais um trabalho de auxílio social e oportunidade de aprendizado. Mas havia ali elementos novos, perspectivas de mudança. Aquelas famílias estavam discutindo seu futuro. O local de moradia seria também o local de produção, de convívio social, um sistema reduzido em relação à escala das cidades e com características próprias. O planejamento não se dava apenas no âmbito da casa, envolvia a utilização do lote ou parcela, as áreas comunitárias, o planejamento espacial do assentamento como um todo e todas as questões ambientais envolvidas. Via ali naquelas famílias sofridas, mas com esperanças, algo distinto da situação das famílias das favelas nas cidades. A possibilidade do controle do processo produtivo lhes dava autonomia em relação às famílias na cidade. Os projetos de saneamento e melhoria das casas nas favelas não lhes garantiam fontes de renda. Não deveria nem existir a ocupação no local, pois a maioria delas encontra-se em encostas de morros, em locais ambientalmente frágeis. A me-

lhoria das situações das favelas corre ainda o risco de facilitar a especulação imobiliária no local e ao redor.

Outros planos de recuperação dos centros e áreas degradadas, mesmo com projetos sociais, vão paulatinamente expulsando a população original para áreas mais afastadas. E ainda, projetos de habitação de interesse social em bairros distantes do centro, após a implantação da infraestrutura, acabam por auxiliar a especulação imobiliária ao redor. O poder público, além de ter fomentado o processo histórico de inchaço das cidades, atua correndo contra o prejuízo, apagando incêndios enquanto o planejamento das cidades segue regulado pelos interesses de um mercado imobiliário.

Pautada pelos questionamentos e impressões acima, procurei uma aproximação maior da realidade desses assentamentos em meu trabalho de graduação (projeto de uma agrovila). Neste período, mudei de Belo Horizonte para Brasília e vim conhecer a realidade de assentamentos rurais em Minas Gerais e Goiás na área de influência da Capital Federal, a RIDE-DF (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno).

Entendendo um pouco da realidade que viria a trabalhar - os assentamentos no entorno de Brasília

Na região do Distrito Federal, ao longo dos anos, a paisagem do cerrado sofreu modificações, principalmente após o incremento da modernização conservado-

ra com grandes áreas de monocultura de grãos. Fazendas produtivas de soja foram se instalando em áreas férteis dos altos das chapadas, onde há abundância de água (marcadas por veredas de buritis), necessária para a instalação de pivôs centrais. Grandes extensões de terra eram limpas para a instalação de lavouras, empregando insumos agrícolas de forma intensiva durante todo o processo.



Fig 1 - Assentamento Menino Jesus em UNAI/MG

Os agravos no ecossistema local, frutos do desmatamento e das monoculturas plantadas de forma indiscriminada em grandes extensões, eram observados nas fazendas destinadas a assentamentos de reforma agrária da região. Considerando-se os problemas ambientais observados nos assentamentos e o avanço da fronteira agrícola no cerrado pelas grandes monoculturas, observava-se enorme tendência de segregação espacial. O agronegócio ficava com as melhores terras no alto das chapadas; e os assentamentos nos fundos de vale em fazendas antigas, degradadas e com as piores terras. A configuração espacial das fazendas destinadas aos assentamentos rurais caracterizava-se por topografia irregular, terras com desgaste intenso do solo, falta d'água e desmatamento até o leito dos rios (em raros casos a mata ciliar encontrava-se preservada).

Agravando o processo, o tempo médio de implantação de um assentamento na região variava de 1 a 5 anos, considerando-se desde a ocupação, o acampamento, os trâmites legais (laudo de vistoria, desapropriação, portaria de criação) até o parcelamento e a liberação dos créditos. Porém, segundo os técnicos do próprio INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), não havia nenhum assentamento local que estivesse totalmente implantado. Em relação à caracterização das famílias, havia camponeses com uma cultura típica da região e migrantes de outras regiões do país; também migrantes de caráter urbano e rural. Quanto mais próximo de Brasília, mais diversifica-

da era a origem e o processo anterior de trabalho das famílias. Neste emaranhado de origens e realidades, ia-se conformando a cultura dos trabalhadores rurais sem terra da região.

Relação com movimentos sociais

Os assentamentos, geralmente, são áreas de antigos latifúndios¹, conquistados por trabalhadores rurais sem-terra por meio do processo de ocupação (acampamento no local). A área dessas fazendas passa por uma nova dinâmica de ocupação espacial, com características econômicas e sociais distintas das antigas propriedades. De forma a viabilizar a implantação do assentamento, são realizadas alterações na conformação do espaço local, no sistema produtivo e nas relações sociais.

Atuar em assentamentos de reforma agrária implica em conhecer os mecanismos de organização daquelas famílias, mais precisamente a organização ou o movimento social em que elas estão inseridas. Os assentamentos que conheci pertenciam, em sua maioria, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ainda no período em que as famílias se encontravam acampadas, iniciava-se uma aprendizagem de organização e vida comunitária. A participação das famílias de trabalhadores rurais sem-terra no planejamento do assentamento corresponde a um dos elementos do processo de aprendizagem e mudança de consciência - pautados por este movimento social. Tem-se o plane-

¹ Palavra empregada desde a Roma antiga para designar grande área de terras sob a posse de um único proprietário. No Estatuto da Terra (1964) foi empregada para designar grandes propriedades improdutivas.

jamento e a participação como processo de aprendizagem através da formação da cidadania e transformação da realidade. A preservação e o desenvolvimento da vida, no centro do projeto, remontam a uma visão ecológica e preocupação com a sustentabilidade das famílias.

A apropriação social do espaço físico de um latifúndio implicava no planeamen-

existem vários núcleos de 10 a 15 famílias, em média, cujo tamanho varia de acordo com a topografia, a hidrografia e as estradas existentes. No interior de cada núcleo reserva-se uma área coletiva para aquelas famílias. As figuras a seguir caracterizam essa situação.



Fig 2 - Moradia no assentamento Menino Jesus em UNAI/MG

to espacial seguindo as novas demandas. Buscavam-se modelos de assentamentos que estimulassem a convivência e a participação. O planejamento do assentamento e o corte da terra tornavam-se formas de manter o controle político do assentamento pelas famílias. Neste sentido, há uma gama de variações empregadas ao longo do tempo e em diversas regiões do país. Há lotes familiares, lavouras comunitárias, agrovilas, núcleos de moradias...

Na região do cerrado predominam os lotes individuais e uma nova proposta de núcleos de moradias. Nesta, o assentamento é parcelado em lotes individuais com desenho que facilite a proximidade entre as diversas moradias. Dentro dele,



Fig 3A - Desenho de crianças do núcleo de moradia do assentamento Menino Jesus em UNAI/MG



Fig 3B - Desenho de crianças do núcleo de moradia do assentamento Menino Jesus em UNAI/MG

Atividades desenvolvidas

As primeiras atividades desenvolvidas consistiam em assessorias ainda no período da faculdade. Mas como realmente um arquiteto trabalharia no campo? De que forma? Onde atuar e em que?

Comecei atuando dentro do corpo técnico de cooperativas de trabalhadores rurais. A definição das atividades a serem desenvolvidas seguia a demanda dos assentamentos. Independente do trabalho a ser desenvolvido, sempre se apresentavam duas questões básicas: a participação das famílias e a discussão política com envolvimento de coordenações locais e estaduais no processo.

Na gama de atividades encontravam-se: projetos arquitetônicos voltados a realidade rural, parcelamentos de assentamentos, assessoria em oficinas, cursos, participação em equipes de planejamento de novos assentamentos, (PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento) e recuperação de assentamentos antigos (PRA – Plano de Recuperação de Assentamento).

Os projetos arquitetônicos voltados à realidade local correspondiam a moradias, reforma de moradias, agroindústrias, sede de cooperativas, galpões comunitários, plenárias, cozinhas comunitárias e alojamentos. Porém, devido a carência de recursos, muitos não chegaram a ser construídos ou o projeto teve de ser simplificado em função do orçamento.

As assessorias nas oficinas e cursos ocorriam, principalmente, nas áreas de saneamento, qualidade da água, habitação e cuidado com o meio ambiente. Nas casas de alguns assentamentos foram encontradas fossas construídas acima das cisternas. Outra realidade vivenciada era a ausência de banheiros. Dentre as razões, estavam a falta de recurso (constrói-se a casa, mas não se consegue terminar o banheiro), a falta de água e questões culturais.

A elaboração das propostas de parcelamento, como apresentado acima, representava uma oportunidade do controle político do espaço do assentamento. Inicialmente, eram realizadas caminhadas transversais com as famílias para o reconhecimento da área da fazenda. Paralelamente, agrônomos e topógrafos faziam o levantamento das áreas de reserva, qualidade da terra e tipos de vegetação. A partir desse material, realizávamos discussões com a comunidade para delimitar o modelo final adequado a sua realidade. As ilustrações a seguir apresentam alguns modelos de parcelamento desenvolvidos junto às comunidades.

No planejamento dos assentamentos não havia como utilizar modelos padrões. Era preciso associar as características do sítio natural com a organização social, a cultura das famílias e a exploração das unidades produtivas. O processo de reforma agrária deveria ser encarado como política de desenvolvimento socioeconômico, abrindo perspectivas de recuperação de áreas degradadas e estimulando novos modelos de produção.



Fig 4 e 5 - Oficinas de modelos de moradia

Fig 6 e 7 - Oficina de saneamento no assentamento Mãe das Conquistas (Buritís/MG) com a confecção de maquetes de sistema de esgotamento sanitário e trabalho prático de oficina sobre saúde e ambiente no assentamento Cunha (Cidade Ocidental/GO).



Fig 8 - Modelo do pré assentamento Índio Galdino em UNAI/MG. Foram adotados lotes individuais com o levantamento de áreas comunitárias.

74

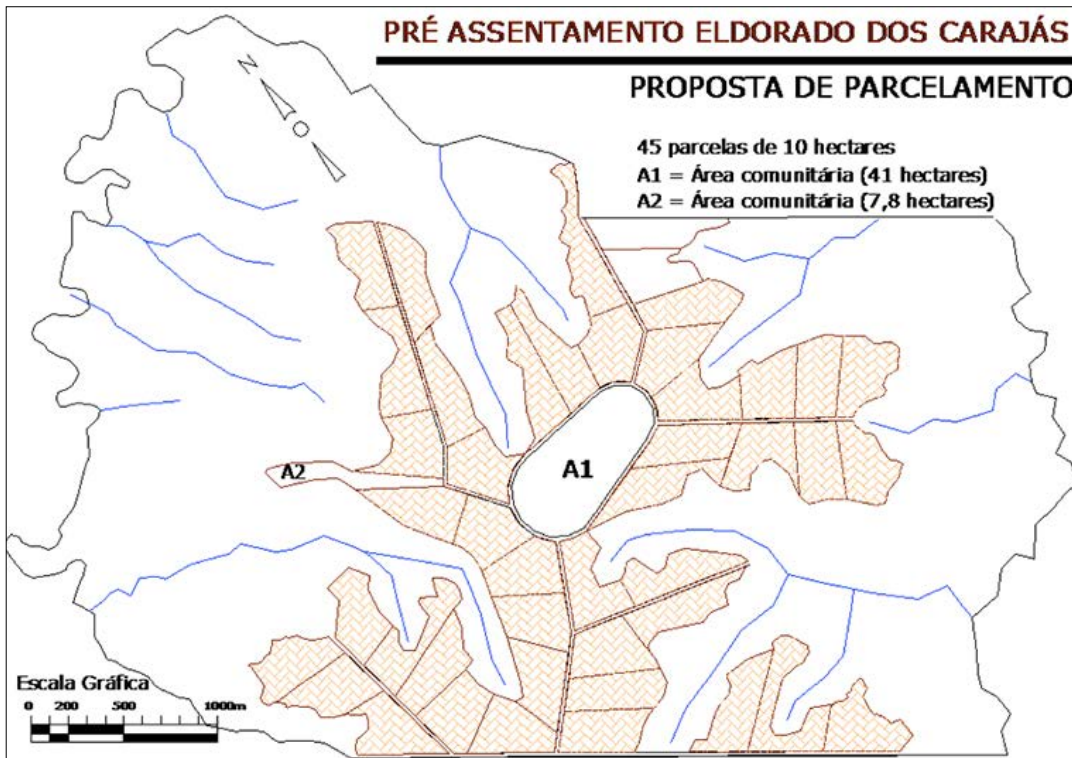


Fig 9 - Modelo do pré assentamento Eldorado dos Carajás em UNAI/MG. Neste caso foram adotados lotes individuais com a definição de uma área comunitária ao centro.



Fig 10 - Caminhada transversal e apresentação final do modelo de parcelamento adotado no pré assentamento Ozziel 1 em Planaltina/DF. Neste caso foram adotados modelos de núcleos de moradia.



Fig 12 - Discussão sobre modelo de assentamento em núcleo de famílias



Fig 11 - Caminhada transversal e apresentação final do modelo de parcelamento adotado no pré assentamento Ozziel 1 em Planaltina/DF. Neste caso foram adotados modelos de núcleos de moradia.

Potencialidades e desafios

Dentre os desafios vivenciados nos assentamentos, encontramos um enorme des-caso governamental e ausência de políticas públicas adequadas. Os recursos, quando chegavam, estavam atrasados. Havia dificuldades de acesso a água, transporte, saneamento, escolas e serviços de saúde. Na questão ambiental, observavam-se as piores terras destinadas aos assentamentos rurais e, para agravar a situação, parcelamentos desconsiderando o sítio natural. Em relação ao trabalho do arquiteto nesse contexto, a ação técnica era determinada pelas decisões políticas das comunidades. O INCRA não valorizava a atuação do arquiteto no planejamento e parcelamento de assentamentos, bem como a necessidade de equipes multidisciplinares nas elaborações de PDA's e PRA's. O trabalho junto a movimentos sociais caracteriza-se por uma constante: 'pouca gente, poucos recursos e muito trabalho'.

Por outro lado, a realidade dos assentamentos rurais abre um leque de opções de estudo. Durante os trabalhos, realizei também um mestrado na arquitetura, aprofundando conhecimentos sobre a realidade dos assentamentos do entorno de Brasília. Essa experiência propiciou visões distintas nas áreas de planejamento, arquitetura, técnicas construtivas, questões ambientais e a necessidade das interações entre as áreas rurais e urbanas de um município.

Mesmo não sendo usual, houve um aprofundamento da profissão de arquiteto. E,

dentre as questões mais marcantes nesta vivência, estão as mudanças verificadas na vida daquelas famílias. Os processos de formação e educação das famílias eram observados no amadurecimento de suas atitudes em relação ao meio ambiente, na capacidade organizativa e no domínio do processo de planejamento dos assentamentos. Embora não seja a melhor palavra a ser empregada aqui, era um processo de construção de cidadania!



Fig 13 e 14 - Crianças almoçando alimentos do assentamento e coleta de frutos do cerrado em oficina sobre questões ambientais (Buritis/MG)

